

O dizer de sujeitos-leitores presos nas algemas de mecanismos de normalização

Sandro BRAGA¹

Rossaly Beatriz Chioquetta LORENSET²

1 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil;
| sandrocombraga@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-5313-2486>

2 Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Xanxerê, Santa Catarina, Brasil;
| professora.rossaly@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-9208-6205>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v21i2.3728>

Resumo: Neste artigo, buscamos compreender o funcionamento discursivo da leitura dentro do cárcere como dispositivo de remissão de pena com o objetivo de se analisar como se constituem, nesse processo, os sujeitos-leitores presos, engendrados pelas relações de poder e regime(s) de verdade(s) que determinam a ontologia política desses sujeitos que vivem sob uma rede de mecanismos de normalização. Sob a teoria da Análise do Discurso, tomamos como objeto para análise entrevistas efetuadas com apenados do Presídio Regional de Xanxerê/SC. Os resultados desse trabalho apontam que a materialidade discursiva analisada conjuga, no fio do discurso, a tentativa de os presos enunciarem conscientemente que a leitura muda a visão, muda a vida, abre caminhos, mas, sem poder controlar, irrompe o dizer inconsciente e escapa à formulação do caráter normalizador da leitura na prisão.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Leitura no cárcere. Remissão de pena. Disciplina. Normalização.

The words of subject-readers trapped in the restraints of normalization mechanisms

Abstract: In this article, we seek to understand the discursive functioning of reading within the prison as a device for remission of sentence with the aim of analyzing how the imprisoned subject-readers are constituted in this process, engendered by the power relations and regime(s) of truth that determine the political ontology of these subjects who live under a network of normalization mechanisms. Under the theory of Discourse Analysis, we used interviews with inmates from the Regional Prison of Xanxerê/SC as our object of analysis. The results of this work show that the discursive materiality analyzed combines, in the discourse thread, the inmates' attempt to consciously enunciate that reading changes their vision, changes their lives, opens up paths, but, without being able to control it, the unconscious saying erupts and the formulation of the normalizing character of reading in prison escapes.

Keywords: Discourse Analysis. Reading in prison. Sentence remission. Discipline. Normalization.

| Considerações iniciais

Que a prisão [...] ela não está sozinha, mas ligada a toda uma série de outros dispositivos ‘carcerários’, aparentemente bem diversos – pois se destinam a aliviar, a curar, a socorrer –, mas que tendem todos como ela a exercer um poder de normalização.

(Foucault, 2014 [1975], p. 302).

Nas linhas que seguem, buscamos analisar o funcionamento discursivo da leitura efetivada dentro da prisão como dispositivo de remição de pena. Pautamo-nos pelo objetivo de compreendermos como se constituem, nesse processo, os sujeitos-leitores que vivem em situação de cárcere sob uma rede de mecanismos de normalização. A fundamentação teórica que nos pauta é a decorrente dos estudos da Análise do Discurso (AD) e, metodologicamente, tomamos como objeto entrevistas efetuadas com apenados do Presídio Regional de Xanxerê/SC no âmbito do Projeto de Extensão do curso de graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina, *Direito e cárcere: remição de pena pela leitura*³, em parceria com o Presídio Regional de Xanxerê/SC.

Tendo por base o contexto desse projeto, analisamos discursivamente os gestos de leitura de sujeitos, em posição de leitores em espaço de privação de liberdade, a fim de apontar como se dá a constituição dos processos de subjetivação por esse modo específico de leitura. As sequências discursivas interpretadas são oriundas de entrevistas⁴ norteadas por roteiro semiestruturado, realizadas com cinco homens apenados⁵, dessa unidade prisional. Nossa reflexão analítica parte das condições de produção da leitura como dispositivo de remição de pena, sob as regras da Lei, com foco nos dizeres desses leitores com intuito de compreendermos as formas de subjetivação engendradas pelas relações de poder e regime(s) de verdade(s) que determinam a ontologia política do sujeito-leitor preso.

3 O Projeto de Extensão Comunitária Direito e Cárcere – Remição da Pena pela Leitura está disponível para consulta da Diretoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da Unoesc Xanxerê (não publicado). Para mais informação acerca deste Projeto de Extensão, ver Lorenset e Oliveira (2020), Projeto de extensão: Direito e cárcere: remição da pena pela leitura. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeux/article/view/23876>. Acesso em: 13 abr. 2024.

4 A íntegra das entrevistas – o *corpus* – pode ser acessada no repositório de teses da UFSC (Lorenset, 2021), no endereço: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229231>. Acesso em: 13 abr. 2024.

5 Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e aprovada pelo parecer consubstanciado nº 3.090.345, em 2018, e, também, aprovada nesse mesmo ano pelo Presídio Regional de Xanxerê e pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

Pela materialidade das entrevistas, emerge certa regularidade nos dizeres dos sujeitos-leitores presos acerca de um “alívio”, de um “socorro” sentido por eles a partir do dispositivo de leitura no cárcere. São discursividades enunciadas pelos entrevistados de que “a leitura acalma”, “diminui de tá conversando alto ali”, “antes de lê eu era revoltado, rebelde”, “respeito os diministra”, “você fica quieto, o fica em silêncio, a leitura me deixa calmo”, “fico quieto, eu posso dizê, assim, que eu mudei através da leitura”. Logo, é plausível pensar que seja a atuação de tecnologias de segurança por meio do dispositivo de leitura como remição de pena, no cárcere, engendrando padrões de normalidade pinçados da sociedade extramuros, da sociedade livre. É *normal* ficar calmo, ficar quieto, respeitar os servidores do Presídio; seria *anormal* revoltar-se, rebelar-se, falar alto, fazer barulho ou algazarra, desrespeitar os administradores do Presídio. Assim, ao enunciado “eu mudei através da leitura”, o gesto analítico deste trabalho mostra o efeito de sentido de que o sujeito-leitor está preso nas algemas de mecanismos de normalização.

| O aporte teórico: entendendo o que é normalização

Nessa confluência, indagamos o que é normalização? O movimento de normalização pode visar a circunscrever determinados lugares sociais? Para iniciar, trazemos o Panóptico de Bentham (2012 [1830]), cuja mecânica benthamiana serviria como uma grade para a percepção e a apreciação; tudo passaria a ser controlado e avaliado por um modelo estrutural que comportasse a sensação de observação permanente, não somente do corpo, mas o tempo seria vigiado e o ócio convertido em produção no cárcere, aplicado para exercer o controle sobre aqueles que estivessem sendo monitorados. Utilitarista, Bentham queria aplicar o poder de maneira estratégica, evitando a desordem e garantindo a dominação ininterrupta. O modelo arquitetônico nunca chegou a ser realizado, contudo o panoptismo como princípio de vigilância permanente se tornou, a partir do século XVIII, uma característica da sociedade contemporânea, nomeada por Michel Foucault como *sociedade disciplinar*, ao que poderíamos conjecturar o panóptico como o embrião de um mecanismo de normalização.

Pelo entendimento foucaultiano, o projeto de Bentham sintetiza uma nova anatomia política, relações de controle dos corpos e das forças dos sujeitos. O arranjo panóptico é um “[...] programa, no nível de um mecanismo elementar e facilmente transferível, o funcionamento de base de uma sociedade toda atravessada e penetrada por mecanismos disciplinares” (Foucault, 2014 [1975], p. 202). Disciplinas, na teoria foucaultiana, são os mecanismos que permitem controle do corpo e da alma, impondo relações de docilidade e de utilidade; as disciplinas são “um tipo específico de poder, uma modalidade para exercê-lo, que

comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos” (Foucault, 2014 [1975], p. 209). Em suma, o poder, na sociedade disciplinar, passa a ser exercido não com o intuito da violência física, mas sim como forma de adestrar os sujeitos.

Foucault (2009 [1976]) propõe pensarmos a biopolítica como uma tecnologia política da vida. Essa política age por meio da disciplina do corpo para a constituição de um corpo bem definido e acabado com vistas à regulamentação da espécie e, por conseguinte, para o funcionamento da *biopolítica* que constitui um poder sobre a massa de indivíduos, ou seja, um poder localizado nas mãos dos Estados-nações de ordem econômica liberal que atua sobre a vida.

Para Foucault, a biopolítica é a força reguladora da grande massa, diferentemente das práticas disciplinares comuns da Antiguidade e da Idade Média que visavam governar apenas o indivíduo. Considerando a noção de biopolítica, Foucault desenvolve a ideia de *biopoder* referindo-o aos dispositivos e às tecnologias de poder que administram e governam por meio de saberes, técnicas, instrumentos e instituições a fim de controlar o modo de vida da população. Quando o bom funcionamento do corpo passa a ser uma visada política, é o biopoder que atua na gestão da saúde naquilo que tange à natalidade, à higiene, à sexualidade, à produtividade e também à mortalidade (Braga; Souza, 2023).

Com Foucault (2008 [1977-1978]), entendemos que a sociedade da normalização pode ser efeito do funcionamento da estratégia biopolítica do poder contemporâneo, pela qual se articulam tanto os mecanismos disciplinares quanto o biopoder na constituição dos sujeitos e objetivam regular a vida dos sujeitos, individualmente, por meio das disciplinas e, coletivamente, mediante a governamentalidade. Embora o sujeito-delinquente e a delinquência situem-se na anormalidade, os mecanismos de poder estabelecem práticas divisoras como função estratégica para a manutenção dos normais e a transformação dos anormais. Foucault (2008 [1977-1978]) estabelece uma diferenciação entre normação e normalização. Normação é o efeito de enquadramento gerado por mecanismos disciplinares ao buscarem adequar sujeitos a modelos previamente estabelecidos, isto é, a uma norma a que os homens devem se submeter. Por sua vez, as tecnologias de segurança atuam por meio de normalizações, identificando padrões na realidade, dos quais resultará uma curva de normalidade. Nesse sentido, “o normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir deste estudo de normalidades que a norma se fixa” (Foucault, 2008 [1977-1978], p. 83).

Um fator decisivo para a operação de normalização é a identificação da população a uma “naturalidade penetrável” (Foucault, 2008 [1977-1978], p. 94), estando ela em íntima relação com seu entorno geográfico, econômico e político. Sobre a população, técnicas e procedimentos vão atuar, com vistas a governá-la. Temos, por conseguinte, “um conjunto de elementos que, de um lado, se inserem no regime geral dos seres vivos e, de outro, apresentam uma superfície de contato para transformações autoritárias, mas refletidas e calculadas” (Foucault, 2008 [1977-1978], p. 98). Trilhando o caminho de Foucault, buscamos entender os mecanismos de normalização na prisão e, pelo dizer da epígrafe que abre este artigo, dispositivos carcerários refletidos e calculados, que “se destinam a aliviar, a curar, a socorrer, mas que tendem todos como ela a exercer um poder de normalização” (Foucault, 2014 [1975], p. 302).

Foucault estudou diferentes modos de objetivação-subjetivação do sujeito, dentre eles as práticas de divisão que fazem do sujeito um objeto divisível no seu interior e em relação aos outros, como é o caso do “*delinquente e do cidadão de bem*” (Foucault, 2013 [1967], p. 273). A penalidade seria uma divisão normativa que constitui o sujeito. Nessa direção, a ordem do discurso é uma regulação que determina o uso e a apropriação do discurso em uma instituição específica, em um momento histórico determinado, visto que “o discurso está na ordem das leis” (Foucault, 2012 [1971], p. 7). A ordem do discurso corporifica, pelas práticas discursivas, a produção de verdades que têm efeitos sobre as formas de subjetivação que produzem o eu. Foucault (2009 [1976]) prefere abordar a noção de formas de subjetivação, ao invés de subjetividade, pois a entende como produzida. Essas formas de subjetivação são gestadas por técnicas que os sujeitos enunciadore e a sociedade elaboram e auxiliam o enunciadore a (con)formar-se: são jogos de verdade empregados no movimento de constituição da ficção de si. A partir dessa reflexão, pode ser plausível afirmar que há uma injunção que leva o sujeito-leitor preso a inscrever-se inconscientemente nessas técnicas de gestão de si. Dito de outro modo, o processo da constituição dos sentidos escapa ao controle consciente do sujeito e às suas intenções. É sobre isso que vamos tratar.

| Da teoria à prática: o gesto analítico

Das regularidades do Recorte Discursivo (RD)⁶ de nosso *corpus*, num primeiro momento, pensamos que a leitura no cárcere como dispositivo de remição de

⁶ Organização das sequências discursivas (SD) dos sujeitos entrevistados: apresenta-se a abreviatura INF para Informante entrevistado mais o algarismo numérico do sujeito preso que falou a SD mencionada, conforme a entrevista que se deu em ordem aleatória. Há SDs que trazem INF 1, INF 2, INF 3, INF 4 e INF 5, quando se marca(m) regularidade(s) do/no dizer dos sujeitos entrevistados.

pena poderia mitigar os efeitos da prisionalização sobre o sujeito que lê atrás das grades. A partir da execução do Projeto de Extensão da Unesco Xanxerê Direito e Cárcere: Remição da Pena pela Leitura, os sujeitos-leitores privados de liberdade leem para cumprir um aparato legal que, a princípio, os beneficia, pela redução dessa pena sentenciada pelo Poder Judiciário. Assim, a minimização dos efeitos do aprisionamento poderia ocorrer porque essa leitura é dada numa condição de produção específica no ambiente prisional. Em decorrência, esses sujeitos que estão dentro dos muros da prisão são interpelados pela heterogeneidade de saberes e pela pluralidade de reflexões suscitadas pelos textos lidos, e isso poderia também atuar na constituição de menos hostilidade no processo de cumprimento da pena sentenciada, paradoxalmente, sobretudo pelo fato de essa leitura ser produzida em condições específicas que envolvem o sujeito no cárcere. Contudo, com as reflexões do gesto analítico, consideramos que, exatamente por poder mitigar os efeitos da prisionalização, essa leitura atua como mecanismo de normalização, menos hostilidade, mais docilidade pode ser estratégia da instituição da leitura como dispositivo de remição da pena, para muito além da ressocialização.

No Recorte Discursivo (RD), emergem as regularidades enunciadas nas narrativas dos sujeitos-leitores presos entrevistados sobre a leitura como um dispositivo de controle dos corpos, buscando docilizar corpos. No fragmento a seguir, pelos dizeres dos sujeitos-leitores presos, INF 1, INF 3, INF 4 e INF 5, podemos observar a regularidade do uso de locuções verbais formadas com o verbo “dever” no presente e no futuro do pretérito do modo indicativo e no infinitivo:

(INF 1) [...] você sabe que tem anos pra tirá, aí, então, se você não focá em alguma coisa a tua mente fecha, na verdade, eu acho que isso aí *deve acontecer* cum tudu mundu, na verdade, né...

(INF 3) [...] certas coisa eu fazia mesmo errado na rua, então eu *deveria encontrá* uma maneira de amenizá minha situação, eu poderia estar livre, né, daqui, no momento, mais tentá diminuí esse tempo atraves da leitura...

(INF 4) É! E ele inocente, a família dele sempre trabalhava... tipo, nunca ninguém *deve de tê feito* nada de errado, aí, eles começaram a envolvê ele nas coisas erradas e ele foi, né... É, tipo não querendo ir, mah... foi, entendeu?

(INF 5) [...] então, tem pessoas aqui, eu costume dizê, assim, o representante da Lei ele tem o *dever de cumpri* a Lei. A partir do momento que viola a Lei então ele é tanto criminoso quanto eu. (grifo nosso).

O emprego do verbo “dever” aponta para um caráter normativo a ser seguido, uma determinação: a prisão é uma instituição normatizada e normatizadora, logo, *deve...* Há estudos sobre os sentidos desse verbo que estão cristalizados pelo uso linguístico, obrigação moral, social, legal, e ainda, possibilidade, probabilidade, logo, há muitos sentidos presentes neste verbo. Nesse sentido, os sujeitos-leitores presos obedecem ao poder, ao que “*deve ser feito*”, ao que “*deve acontecer*”, ao que “*deve cumprir*” e, com o verbo marcado no futuro do pretérito, o INF 3 expressa que “*deveria encontrar*” algo para amenizar a situação na prisão, o que intenta fazer com a leitura, pela própria enunciação dele. Não parece ser por acaso que na enunciação do INF 3 o verbo esteja conjugado no futuro do pretérito, indicando a expressão de impossibilidade, incerteza, surpresa e indignação; este emprego verbal aponta para a suspeição daquilo que está sendo enunciado. Em outras palavras, como efeito de sentido, o INF 3 está enunciando que é muito ruim permanecer na prisão, e ele precisa fazer algo para sair dali, mesmo que para isso tenha de se resignar aos mecanismos de normalização do espaço prisional, dentre eles a leitura, no dizer do próprio preso.

Dito de outro modo, por meio dessas marcas verbais no dizer desses presos, emergem sentidos do que eles precisam fazer no sistema prisional. O INF 5 vai um pouco além e enuncia o paradoxo: “*se os presos cumprem a lei, mais ainda ela deve ser cumprida por quem é o representante da Lei*” – leia-se o servidor público que trabalha no Presídio –, pois, ao violá-la, torna-se tão criminoso quanto o INF 5. Esse enunciado do INF 5 provoca o pensar sobre os sentidos instituídos de que só é criminoso quem está atrás das grades. Já o dizer “*o representante da Lei ele tem o dever de cumprir a Lei. A partir do momento que viola a Lei então ele é tanto criminoso quanto eu*” rompe com certos dizeres cristalizados, resultantes de processos históricos. Neste dizer em tela, “dever” aparece como substantivo, mas embora a classe gramatical seja distinta de verbo, a semântica é a mesma. Podemos entender como uma ressignificação do INF 5 que indica a resistência e um desejo de ruptura. Um sentido possível é de que o sujeito-leitor preso está enunciando: *se o sujeito-presos se encontra sob mecanismos de normalização, que isso também se dê com o servidor público que é o representante do Estado que o custodia.*

No recorte a seguir, a enunciação do INF 2 com marcas linguísticas do mecanismo de normalização:

(INF 2) [...] *eu, no começo, era uma pessoa triste, uma pessoa triste, meio revoltada até mesmo com minha família, eles não tinham culpa, né, o culpado era eu, então, a partir do momento que eu comecei me dedicá aos livro, eu parei de sê uma pessoa, assim, sei lá como que*

eu posso explicá pra senhora, *uma pessoa grossa, hoje eu tudo o que vô falá, assim, eu pra mim, vamo supor, assim, eu fico quieto, eu posso dizê, assim, que eu mudei através da leitura, mudei muito, mudei muito, muito... meu jeito como ser humano... [...] eu era uma pessoa seca, assim, bem uma pessoa bem iguinorante, então, isso mudô bastante, muito, muito... (barulho das grades) [...] até mesmo, esses dias, ali embaxo os agente falarum que eu tava bem, que eu tava fazendo tudo certinho,* eles vierum aqui na visita e me perguntarum, eu comentei, né, eu leio os livro [...] Porque eu acredito que o livro muitas pessoas passaram e até hoje *tão passando pela mesma situação que eu tava passando antes de eu começá as leitura, né, sê aquela pessoa grossa, pessoa até mesmo mal educada, assim, pessoa, pessoa que não ouvia muito a família, não escutava o que muitas pessoas falavam* (grifo nosso).

Da materialidade léxico-sintática no dizer do INF 2 “*vamo supor assim, eu fico quieto, eu posso dizê assim que eu mudei através da leitura, mudei muito, mudei muito, muito... meu jeito como ser humano... [...] eu era uma pessoa seca, assim, bem uma pessoa bem iguinorante, então, isso mudô bastante, muito, muito*” e “*os agente falarum que eu tava bem, que eu tava fazendo tudo certinho*” emerge a esse enunciado uma rede de relações associativo-implícitas, uma série heterogênea, funcionando na estabilidade empreendida sob o registro discursivo. A reiteração do comentário “*eu mudei muito*”, enunciado três vezes pelo preso INF 2 e, na sequência, o advérbio de intensidade “*isso mudô bastante, muito, muito*”, e ainda o pronome de primeira pessoa do caso reto, “*eu*”, reiterado e marcado expressamente 17 vezes, investe atestar uma discursividade que se deseja estável, aquilo que deixou de ser, era “*grosso*”, era “*revoltado*”, era “*triste*”, era “*pessoa seca*”, era “*iguinorante*”, adjetivos todos autodeclarados pelo próprio sujeito-leitor preso para descrever como ele era antes de iniciar o processo da leitura; a antítese do que era antes da prática da leitura no cárcere e como ele é agora que lê semantiza uma proposição de estabilidade.

Esse efeito de sentido pode se depreender também da enunciação do preso de que, agora, ele que/porque lê, é outro “*ser humano*”. Tomado pelo ângulo do dizer de que os próprios agentes penitenciários comentaram com familiares do INF 2 sobre a situação dele após as leituras para remição: “*falarum que eu tava bem, que eu tava fazendo tudo certinho*”, aponta a busca pela mesma univocidade lógica. Desse ponto de vista, é possível dizer que a leitura no cárcere como dispositivo de remição de pena muda o sujeito, é tomada como uma proposição verdadeira e ponto final. Entendemos que INF 2 foi interpelado pelos mecanismos da normalização, que deseja o sujeito “normal”, “quieto”, “dócil”, “*que faz tudo certinho*”, que tudo aceita sem contestar. Novamente,

imerge daí em uma rede de relações associativo-implícitas que normaliza porque trabalha o imaginário daqueles que acreditam nisso e daqueles que se resignam ao sistema (im)posto. É a tentação de fazer o enunciado coincidir exatamente com o plano logicamente estabilizado das instituições, ou, como prefere Althusser (1985), dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Conforme Braga (2010, p. 136), na ordem do discurso “para cada situação discursiva se produz um dizer diferente e subjetiva-se de uma forma outra. É nesse sentido também que falo em subjetividade sincrônica”.

De modo análogo, pode-se depreender sentidos de aspectos dos mecanismos de normalização no funcionamento léxico-sintático subjacente ao enunciado do sujeito-leitor preso, INF 5, pela SD a seguir elencada: ler “*acalma*”, “*faz resgatá outra pessoa*”, “*tô rastejando, me arrastando, mas com a leitura tô procurando melhorá*”, “*lendo, durmo melhor*”, “*lendo, interajo com colegas de cela, conto a história do livro pra eles*”, “*leitura é antídoto*”, “*leitura faz sair da neurose*”, “*ler tranquiliza*”, “*lê te molda, te lapida, te transforma*”, “*lê me traiz sensação de bem-estar*”. Vejamos o fragmento:

(INF 5) [...] *eu tô me arrastando nesses últimos três anos quando comecei participá do Projeto da Leitura, minha mente se abriu mais, eu até comento, às veiz, com alguns agente penitenciário que eu tamém tenho uma certa afinidade, assim, de que eu tô me arrastando, né, eu me arrasto, eu tô rastejando, eu tô procurando melhorá, eu tô procurando voltá, assim, é como se eu fosse outra pessoa, eu tô tentando resgatá aquela pessoa, é isso. [...] porque é cansativo, tamém, né, e tamém uma das coisa que eu, que eu, eu identifiquei isso, nesse processo de leitura, que a leitura fazia com que eu gastasse bastante energia e eu repousava melhor à noite nos dias que eu lia, que eu fazia leitura... [...] eu acho massa que a gente tá ali trocando uma ideia, eu tô lendo o livro, daí eu leio umas dez, quinze página, assim, eu entro, assim, se a rapaziada tá ali conversando, eu começo interagi com eles e começo contá a história pra eles, assim, entendeu? [...] a leitura, tem leitura assim que te, te... dá, parece que te coloca num, num, é como se fosse antídoto de, sabe, pra você caminhá um poco e ir mais, ir um pouquinho mais além... Teve dias assim que eu tava, tava exausto, cansado, eu tinha que fazê alguma coisa pra saí daquela neurose, sabe? Aí eu meti a cara no livro ali, parece que o livro tinha uma ideia que me tranquilizava, [...] acho que molda você, a tua personalidade, vai moldando, vai te lapidando, assim, vai, você vai se transformando, porque, quem fica aqui... isso aqui num, isso aqui não ressocializa ninguém, tipo jogá ali, tá ali fechado dentro do cubiculinho, andando pra lá e pra cá [...] Eu não tinha muita paciência, sabe... As coisa*

tenham que sê meio, meio, meio, meio já, outra coisa assim que é aquela coisa de questioná muito, situações que ela tem uma origem lá mas eu não procurava entendê aquela origem, *então, assim, esse processo de leitura parece que fez que meu cérebro difundisse pra enxergá, por exemplo, todo problema ele tem uma origem, né? [...] eu antes, eu, a minha mente, era mente fechada, sabe, o livro foi como, assim, a leitura abriu, abriu, eu consegui entendê melhor as coisa, assim, tipo me acalma, né, me traiz uma sensação de bem-estar, bem-estar. [...] depois disso aqui, a gente fica cicatrizado... Eu agora tenho dificuldade pra encará assim, às veiz eu fico revoltado, num nego, porque eu olho a sociedade e vejo muita hipocrisia, hipocrisia, assim, [...] É, entrô lá pra dentro lá, ihhh... foi tirando um por um a soco, a chute, agredindo verbalmente, chamando de vagabundo, de lixo, sabe? Essas coisa assim... que não precisa... [...] Eu, eu consegui por meio da leitura olhá pra essa pessoa assim, tipo, assim, ela vê as otras pessoas e fala pra otras pessoas exatamente da forma que ela é por dentro... não sei. Posso tá errado, alguém me... o livro me ensinô isso, assim, quando alguém olhá pra você e te chamá isso o aquilo, ignore, fique tranquilo, ninguém, as pessoa só falum daquilo que lhe é próprio... Você tá falando aquilo é que tem isso dentro dela, então, é o que, ela é assim por dentro, então, um cara que fala, dá revolta, né, revolta, porque fica sendo impotente, né... (grifo nosso).*

Conforme essa narrativa, no dizer do INF 5, se, por um lado, o modo de leitura no cárcere coloca o preso – e ele diz isso – num modo de subjetivação de que ele se modifica pela leitura, que ler acalma, tranquiliza, dá sono, proporciona sensação de bem-estar, por outro lado, discursivamente, podemos entender a leitura no cárcere como dispositivo de remição de pena como uma estratégia de normalização, de conter os corpos, de manter o silêncio... Nesse sentido, a prisão institui traços como determinantes do enunciador, por exemplo, “*ser impaciente*” pode fugir ao padrão, ao “*normal*” da obediência e da resignação. Ao enunciar “*Eu não tinha muita paciência, sabe... As coisa tinham que sê meio, meio meio, meio já*”, o sujeito-leitor preso apresenta traços do que pode não ser aceito na prisão e, nesse embate, precisa normalizar-se.

Como se vê, a construção de “normal” é suscitada por dicotomias: normal/anormal, sadio/doente, preso/livre, delinquente/cidadão de bem, paciente/impaciente, calmo/nervoso, lícito/ilícito, permitido/proibido... Cada um desses pares é a expressão de um grupo de normas que funcionam para regular, controlar, confinar, como preferiu Foucault, normalizar. De acordo com Fonseca (2012), Foucault esboçou uma imagem do Direito como vetor das práticas da norma, um Direito produzido e produtor dos mecanismos de normalização,

considerando que “os mecanismos disciplinares e os mecanismos do biopoder, mecanismos que para Foucault compõem as artes de governar, não podem ser dissociados do direito” (Fonseca, 2012, p. 297). Nessa direção e ainda no dizer do autor, o Direito é o envelope dos mecanismos de normalização. A imagem de um Direito normalizado-normalizador em Foucault, conforme Fonseca (2012), foi encontrada em suas análises sobre a tecnologia disciplinar e sua forma de intervenção sobre os corpos no interior das instituições, e, neste artigo, em específico na instituição prisão e seus mecanismos de regulação da vida no interior dela.

O poder aparece efetivamente porque é resultado do que foi adquirido subliminarmente com o próprio esforço pessoal na prática da leitura, “*que é cansativa*”. Nessa esteira, o sujeito-leitor entra na ordem do discurso, sem resistir, que se sustenta sob um imaginário socialmente construído. O estatuto da discursividade que trabalha no assujeitamento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetível de resposta unívoca – sim, ler é bom, ler acalma, ler tranquiliza –, faz irromper na enunciação do INF 5 a formulação dessa certeza inequívoca. O discurso do INF 5 troca o trajeto da discursividade e toca na existência da violência física que sofrem os presos dentro da prisão por alguns agentes penitenciários: “É, *entrô lá pra dentro lá, ihhh... foi tirando um por um a soco, a chute, agredindo verbalmente, chamando de vagabundo, de lixo, sabe? Essas coisa assim... que não precisa...*” Mesmo se encontrando regido sob esse poder que violenta, que agride o sujeito-leitor preso – verbal e fisicamente –, o INF 5, pela enunciação, marca no dizer que, “*por meio da leitura, ignora e fica tranquilo*”, uma forma de sublimar a leitura. É nessa sublimação que eleva a leitura à maior altura da dignidade, de grandeza e de honra que o sujeito encontra um lugar para se ressignificar como eu.

Da gravação⁷ que deu origem a esse recorte, inicialmente, o que nos chamou a atenção foram os intervalos, as pausas que entrecortam o dizer desse sujeito; a presença da repetição de “*eu*”; de “*assim*” e de “*então*”: “*Eu, eu consegui por meio da leitura olhá pra essa pessoa, assim, tipo, assim, ela vê as outras pessoas e fala pra outras pessoas exatamente da forma que ela é por dentro... não sei*”. Os espaços de silêncio e o retorno ao turno de fala marcam o retorno também à própria enunciação para explicitá-la, uma estratégia de organização

7 A transcrição do áudio para texto foi efetuada pelo processo de degravação, em que se ouve o material oral e se transcreve cada linha de diálogo do material coletado nas entrevistas. A transcrição efetuada da gravação foi literal, sem adaptação do dizer dos presos à norma culta, sem eliminar equívocos gramaticais, expressões chulas, gírias, etc. Assim, registrou-se tudo exatamente como foi dito na gravação, considerando gírias, erros, pausas, palavras sobrepostas, silêncios e até hesitações. Foi um processo que demandou mais de 30 dias de trabalho contínuo e muito minucioso, feito com confiabilidade e segurança.

do discurso, pois, com esse recurso, ele acredita arranjar seu dizer de modo mais coerente e lógico, além de evidenciar quem está falando o quê. Contudo, o funcionamento se (re)(des)vela com hesitações, com voltas no/sobre o dizer “*assim, tipo, assim*”, de vacilações no dizer “*eu, eu*” que trazem traços de uma deriva do enunciador. Imaginariamente, regido por um sistema prisional em que a obediência e a resignação estão instauradas, quaisquer que sejam as ações “*dos de preto*”, “*nóis semo vigiados por eles*”, dos agentes penitenciários e tudo o mais que representam pelo/no poder da instituição prisão, leva o sujeito-leitor preso a se sentir constrangido e a ser instado a normalizar-se, a inscrever-se na ordem desse discurso, mesmo que, para isso, tenha de apagar os sentimentos de revolta e de impotência que podem constituir o sujeito que se põe a dizer.

No recorte “*quando alguém olhá pra você e te chamá isso o aquilo, ignore, fique tranquilo, ninguém, as pessoa só falum daquilo que lhe é próprio...*”, pesa a normalização que se dá pela injunção “*ignore, fique tranquilo*”, uma vez que o sujeito-leitor preso, mesmo sofrendo agressão física e verbal, como se depreende do dizer “*É, entrô lá pra dentro lá, ihhh..., foi tirando um por um a soco, a chute, agredindo verbalmente, chamando de vagabundo, de lixo, sabe?*”, é levado a abrir mão do sentimento de revolta e de impotência diante de uma agressão daquele que representa a autoridade sob a qual está custodiado. Para ser aceito nessa instituição prisão, esse sujeito submete-se às contingências da normalização.

Avançando um pouco mais, a imagem de “*revolta*” escapa pela denegação no recorte “*às vez eu fico revoltado, num nego, porque eu olho a sociedade e vejo muita hipocrisia*”. A denegação, conforme Roudinesco e Plon (*apud* Stübe, 2008, p. 192), constitui-se em um mecanismo de defesa por meio do qual o sujeito expressa negativamente um desejo cuja presença ou existência ele quer apagar, recalcar. Pela denegação, presentifica-se aquilo que se queira apagar. No recorte, ao enunciar “*fico revoltado, num nego*”, essa afirmação é trazida pelo discurso marcada, linguisticamente, pela dupla negação. A expressão “*num nego*” presentifica a revolta, instaura uma falta, aqui associada à não possibilidade de enunciar o sentimento que pode ser considerado inapropriado para um sujeito preso, pois “*fez, tem que pagá*”. Pela análise desses enunciados se observam processos de discursivização sustentados por mecanismos de normalização em sua relação com os sujeitos-leitores entrevistados, que se sentem, mesmo que, inconscientemente, avaliados, segundo o jogo do “*normal*” e do “*anormal*”. A representação de que “*dá revolta, fica impotente*” e que essa revolta deve ser subsumida pela resignação à hierarquização do sistema prisional, ao qual está submetido a partir de um processo judiciário que culminou em uma sentença judicial. Segundo Foucault (2012 [1971]), a ritualização da palavra fixa papéis

e estabelece identidades para os sujeitos que falam. Tanto quanto as tramas da Lei, as tramas da norma percorrem a vida desses sujeitos-leitores nos intramuros da prisão e o Poder Judiciário “revela o emaranhado dessas tramas: as tramas de um direito normalizado-normalizador” (Fonseca, 2010, p. 310).

É no interior da trama entre a Lei e a norma, para não constituir algo estranho a essa trama, que escapa o sentimento de revolta desse sujeito-leitor que, do lugar em que está, não pode se revoltar, tem de se resignar. Ao menos em parte, esse relato apresenta algo que escapa e produz efeitos que não podem ser reduzidos ao jogo entre norma e Lei. Ele tangencia esse jogo, mas não se confunde com ele. O jogo da Lei e da norma não consegue dar conta de apagar esse sentimento de revolta. A enunciação do sujeito-leitor preso, INF 5, que “dá revolta, se sente impotente” pode desempenhar um papel de resistência e de oposição no interior do jogo entre as estruturas da Lei e os mecanismos de normalização. Esse dizer do sujeito-leitor preso em uma trama de relações, parece romper com a sequência lógica dos mecanismos de normalização, uma forma de oposição à malha de saber e de poder que o envolve e procura normalizá-lo, mas que não consegue fazê-lo calar-se indefinidamente. Esse dizer talha uma brecha e encontra um lugar para se manifestar e, nessa manifestação, resiste. Sua força não reside em poder se manifestar em um lugar diferente daquele em que está normalizado. Sua força está em irromper no próprio lugar em que está, na prisão, no interior dos mecanismos de saber e de poder que o prendem, que o submetem. De algum modo, esse dizer exerce uma forma de resistência aos mecanismos da normalização.

Até este ponto ancoramo-nos sobretudo nos estudos foucaultianos para depreendermos as discursividades de nosso gesto de análise. Na sequência, mobilizamos também pressupostos teóricos de Pêcheux, cientes das aproximações e dissensões entre esses dois fundadores francófonos dos estudos do discurso. Seguimos este caminho por entendermos produtoras as formulações de Foucault para se pensar as relações de saber e poder na configuração do sistema carcerário e, do mesmo modo, as articulações pecheuxtianas nos auxiliam nas reflexões que implicam a produção dos efeitos de sentido decorrentes da relação entre ideologia e inconsciente.

Nesse sentido e pensando sobre o dizer desses sujeitos-leitores presos, assujeitados, estratégia de normalização, parece emergir uma tentativa de busca de estabilidade discursiva, uma discursividade outra: “*um cara que fala (vagabundo, lixo – agride) dá revolta né, revolta, porque fica sendo impotente, né...*” Recorremos a Pêcheux (2012 [1983]) para lembrar da incidência do real na linguagem, “*há real, isto é, ponto de impossível determinando aquilo que*

não pode ser ‘assim’. O real é o impossível... que seja de outro modo. Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra” (Pêcheux, 2012 [1983], p. 29). O INF 5 deparou-se com o real, o ponto do impossível que não pode ser assim e, mesmo sob o dizer de que *a leitura acalma, tranquiliza*, ao não restar alternativa a não ser sucumbir à violência do agente penitenciário, sente-se *impotente*. Pela marca linguística dos verbos enunciados, percebe-se um apagamento do “eu” e o emprego do verbo em terceira pessoa: é a outrem que “dá revolta”, não é ele que se sente *impotente*, “quando alguém te chamá isso o aquilo, ignore, fique tranquilo”. Na denegação do INF 5 e a consequente afirmação de que quem fica revoltado e impotente é outrem, de forma inconsciente, o jogo se inverte, pois até então marcara os verbos com a forma da primeira pessoa “eu consegui, eu posso” etc., todavia permanece a mesma polarização que denuncia a simetria das relações desiguais.

Nessa confluência, com o dizer do INF 5, de que “*as pessoa só falum daquilo que lhe é próprio... Você tá falando aquilo é que tem isso dentro dela, então é o que, ela é assim por dentro, então, um cara que fala dá revolta né, revolta, porque fica sendo impotente, né...*”, retomamos o pensamento de Pêcheux (2009 [1975]) acerca da revolta e da linguagem, reafirmando que se essas categorias não se (con)fundem, uma vez que há uma inegável relação entre elas, pois ambas apresentam, politicamente, pontos em comum, “porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico” (Pêcheux, 2009 [1975], p. 279). “Não há dominação sem resistência” (Pêcheux, 2009 [1975], p. 281), afirma o autor no final de sua retificação de *Só há causa daquilo que falha...*, porque todo ritual está sujeito à falha, e é justamente porque há falha no ritual e há a contradição da ordem da ideologia que podemos falar em resistência e em dominação, tomando-as como contemporâneas no sentido de que coexistem sem, no entanto, se (con)fundir.

A tomada de posição do INF 5, de que o outro e não ele se sente revoltado e se sente impotente, não deixa de ser uma identificação com uma forma-sujeito que implica resistência num lugar em que só se pode obedecer e resignar-se, tanto a esse lugar como aos discursos outros que o atravessam, provocando rupturas. É o furo no discurso que se apresenta como caótico, não se deixando capturar por nenhum símbolo, por nenhuma nomeação; representação entre o imaginário, o real e o simbólico interligados, desestabilizando o que antes agia na perspectiva de fazer acomodações, tranquilizar, tentar envolver o real. A partir da tomada de posição do sujeito-leitor preso, do lugar social e das condições de produção enunciativas que mantêm relação com o esquecimento

enunciativo (Pêcheux, 2009 [1975])⁸, a formação discursiva se revela travestida de evidências e se estilhaça quando o sujeito reage sob qualquer disfarce ao teatro da consciência, do “*sou eu*”, revelando os esquecimentos de que é constituída a memória e, pela contradição da história, materializa o furo da ideologia, indo no sentido oposto ao discurso hegemônico dado como único, como o verdadeiro. O que era para ser identificação do INF 5 – ler acalma, normaliza – se firma, se instaura como nova discursividade, se faz dúvida, se dá a captar como questionamento, na *revolta* e no sentimento de *impotência*.

A partir da configuração do lugar do sujeito no entremeio da *linguagem*, da *ideologia* e do *inconsciente*, pode-se pensar que o sujeito-leitor preso INF 5 estaria sendo afetado simultaneamente por essas três ordens e deixando em cada uma delas um furo, como é “próprio da estrutura de um *ser-em-falta*: o furo da *linguagem* representado pelo *equivoco*, o furo da *ideologia*, representado pela *contradição*, e o furo do *inconsciente*, trabalhado na psicanálise” (Ferreira, 2010, p. 24). Inobstante o gesto do INF 5 de manter uma estabilização de sentido de que ler acalma e tranquiliza, irrompe o furo na linguagem de que “*revolta, sente-se impotente*”, por sua vez, o furo da ideologia, a contradição expressa pela antítese “*calma/revolta*” e o furo do inconsciente, marcado linguisticamente pelo verbo em terceira pessoa do singular, *não sou eu que se revolta, é ele, o outro; “ignore, fique tranquilo*” como um dizer injuntivo, como um pedido ou uma ordem, mas, inconscientemente, irrompe no discurso “*dá revolta, sente-se impotente*”. É precisamente essa falta, essa incompletude, que “vai tornando-se o lugar do possível para o sujeito desejante e para o sujeito interpelado ideologicamente da análise do discurso” (Ferreira, 2010, p. 24). A linguagem está tão colada nos sujeitos e em seus discursos que se torna impossível dissociá-la da análise da materialidade das entrevistas.

Na sequência, propomos uma articulação entre os anéis de Borromeo e as estratégias de normalização a que são submetidos os sujeitos-leitores do sistema prisional, pois, pela filiação teórica da Análise do Discurso, de inspiração pecheuxtiana, na relação intrínseca entre esses três elementos – está o tripé entre linguagem, ideologia e inconsciente. É “entre anéis” que se pode pensar, no segmento prisional, a relação leitura-sujeito-discurso. Em outros termos, é nos intervalos, nos espaços de “*entre*” em que os elos se (des)encontram. No excerto da SD4, a enunciação do INF 4.

⁸ Também conhecimento como esquecimento número 2; o sujeito enuncia sob a ilusão de que a formulação do dizer dele apresenta apenas um sentido e de que este sentido será o atribuído por seu interlocutor (Pêcheux, 2009 [1975], p. 173).

(INF 4) [...] *Daí eu lia e esquecia, entendeu? O que eu tava passando ali, no momento, eu esquecia... ehh... ihhh... de fato, eu ehhh... esquece bem bastante... [...] Claro, é cadeia, tá privado de tua liberdade* e isso não tem preço que pague, entendeu? [...] *É, os agentes sabem geralmente. Tipo, às veiz, você vai pedi, tipo, que nem sabonete, eles falam espuma, entendeu? nós falemo... E muitos vão e eles não, não gostam muito de gíria, entendeu? Na verdade, eles tão certo, né, na verdade, apesar de nós tá aqui preso, e sendo tipo vigiado por eles, não tem o porquê nós falá, né... como nós se comunicemos entre nós... (grifo nosso).*

A marca linguística de certo reconhecimento, certa aceitação, certa resignação, certo assujeitamento pode ser depreendida do dizer do INF 4 “os *agentes penitenciários estão certos, os presos são vigiados por eles*”. Também se depreendem sentidos de mecanismos de normalização operando como uma anestesia no dizer do INF 4 “*Daí eu lia e esquecia, entendeu? O que eu tava passando ali, no momento, eu esquecia... ehh... ihhh... de fato, eu ehhh... esquece bem bastante... [...] Claro, é cadeia, tá privado de tua liberdade*”. Para normalizar – para separar, distinguir o “normal” do “anormal” –, ler faz esquecer, contudo, na sequência, o retorno do dizer, fruto do equívoco, no deslize, inconsciente, *de que está sim na cadeia, está sim privado de liberdade e “não há dinheiro nenhum que pague essa liberdade*”. Podemos pensar que é um furo produzido pela ideologia expresso pela contradição, furo na linguagem que tenta estabilizar o sentido de que ler faz esquecer, mas as hesitações “*ehh... ihh...de fato, eu ehhh*” são lacunares e irrompem no discurso do sujeito INF 4 e, pelos anéis de Borromeo, furo no inconsciente, pois o faz lembrar e atestar que, *sim, está preso, está privado da liberdade, lê para remir dias da pena, está na “cadeia*”. Nesse sentido, a regularidade dessa discursividade é encontrada também na enunciação do INF 1, conforme se vê no fragmento:

(INF 1) *A própria literatura, já digo, então, na verdade, ela ajuda muito pra você, tipo, não fechá tua mente, pra você conseguí esse tempo, na verdade, tem que ficá, porque se você ficá só ali, não vô dizê que você fique loco, mais (gritarias, risos externos) mais a mente vai fechando, vai se tornando praticamente, já vô dizê, um um monstro.* Porque tem muitos que não, aqui mesmo, na verdade, é uma questão de, ahhh..., eu tenho dez anos, ahh..., então, pra mim não me interessa, (barulhos fortes de grades), muitos não têm, na verdade, essa concepção se pegasse um livro, se parasse, na verdade, ele lê, esse tempo que ele tá aqui pra ele aproveitá [...] *Mudô a forma de pensá até quando eu cheguei aqui... eu era um pouco rebelde na verdade... É muitos anos na verdade [...] na verdade mudô eu a minha forma de pensá muito sobre a própria vida, na verdade,*

antes tinha um pouco revoltado, na verdade... bastante revoltado... Hoje eu já tenho uma percepção diferente, eu hoje já consigo me vê diferente, na verdade... Apesar que eu tem muita situação aqui, talvez, fracasse, mas pelo fato de ter existido esse lugar, na verdade, muda tua visão sobre o mundo lá fora, na verdade [...] na verdade de você não vivê só aquele marasma, você pensá que isso aqui... fica só pensando coisa ruim, na verdade, porque o livro te abre, espontaneamente, totalmente caminho de coisa boa [...] talvez eu seria diferente do que eu sô hoje, na verdade taria, talvez, pior até. Hoje eu já consigo me vê diferente, tipo lá fora, não só saí daqui já diretamente com intuito de i robá, ou traficá, ou coisa assim... Já me vejo pensando de uma forma, tipo, tentá procurá um emprego, uma coisa assim, na verdade, tentá mudá, tentá fazê uma coisa que eu não fiz nesses últimos anos. Eu, pra mim, essa questão do Presídio, essa unidade, cadeia não é bom em circunstância nenhuma, mas a circunstância você fez você tem que pagá... (grifo nosso).

A enunciação do INF 1 “Cadeia não é bom em circunstância nenhuma, você fez, você tem que pagá” marca a mesma regularidade da SD do INF 4, precedente, “Claro, é cadeia, tá privado de tua liberdade e isso não tem preço que pague, intendeu?” Essas duas sequências discursivas conjugam, no fio do discurso, a tentativa de os presos enunciarem conscientemente que a leitura e a literatura mudam a visão de uma pessoa, mudam a vida, abrem um caminho de outras possibilidades a ser seguido, mas, sem poder controlar, irrompe o dizer inconsciente e escapa a formulação “cadeia não é bom em circunstância nenhuma, fez, tem que pagá”. No dizer do INF 1 há a marca da denegação: “A própria literatura, já digo, então, na verdade, ela ajuda muito pra você, tipo, não fechá tua mente, pra você consegui esse tempo, na verdade, tem que ficá, porque se você ficá só ali, não vô dizê que você fique loco, mais a mente vai fechando, vai se tornando praticamente, já vô dizê, um... um... monstro”. “Não vô dizê que você fique loco”, negação que afirma pelo menos a existência de um problema, ficar preso pode levar à loucura, que lhe trouxe o sentimento de certa rejeição. Nega-se o que não se quer que venha à tona, os sentidos que se deseja excluir, eliminar, obliterar. São recorrentes as hesitações, as pausas para pensar no próprio dizer, para racionalizar, para evitar dizer o que não pode ou que não quer dizer conscientemente, a negação da loucura, de ser um monstro. Também emergiu como regularidade em todos os entrevistados os dizeres “na verdade”, “sinceramente”, entre outros desse campo semântico. Nos quadros, em que são apresentados os recortes discursivos, há uma recorrência de dizeres dos próprios presos de que são estigmatizados e de que carregam um rótulo de que não são confiáveis, por isso parece que eles precisam reafirmar o tempo todo que estão sendo sinceros e verdadeiros.

Outro ponto marcado nas enunciações dos entrevistados que emergiu dos recortes do *corpus* analisado apresenta uma divisão entre o “aqui na prisão”, sublinhando o espaço prisional e o tempo presente, contrapondo o “dentro do cárcere” e o aprisionamento com o “lá fora, quando eu sair daqui”. Há uma divisão espaço-temporal bem marcada nas falas dos sujeitos-leitores presos e a leitura como dispositivo de remição de pena aparece como um marco importante nessa divisão entre o dentro e o fora, entre o antes e o agora e o “quando eu comecei a ler”. O sujeito-leitor preso é colocado em contato com essa leitura, é trazido para uma prática de leitura que parece afetá-lo para além do caráter normalizador.

| Algumas ponderações finais

Ao chegarmos neste ponto do texto, gostaríamos de esclarecer que este trabalho não visou estabelecer uma crítica ao projeto de remição da pena pela leitura, muito pelo contrário. Acreditamos ser imprescindível a mobilização de entidades de saber (como as universidades) para atuarem juntamente nas instâncias de poder (como o sistema judiciário) a fim de problematizarem as condições de produção e de subjetivação nos mais diversos âmbitos de nossa sociedade. Contudo, nosso gesto analítico buscou também desestabilizar a ideia de uma promessa de salvação do sujeito, sem que as condições em que ele se constitui sejam alteradas.

Nesse sentido, a ênfase dada neste artigo sobre o caráter normalizador da leitura em espaço de privação da liberdade não foi uma escolha nossa, emergiu das regularidades com que nos deparamos na construção do dispositivo analítico sobre a materialidade das entrevistas das quais selecionamos as sequências discursivas.

O escopo deste trabalho tematizou a leitura como dispositivo de remição de pena em espaço de privação de liberdade, a partir de uma perspectiva da subjetividade desse sujeito-leitor. Uma leitura produzida dessa forma, praticada a partir do lugar em que o sujeito-leitor preso se encontra, é uma prática de leitura que faz trabalhar efeitos de sentido diversos, resultantes de uma visada subjetiva em que o sujeito é antes de tudo assujeitado a tal prática. Ou seja, ler ou deixar de ler na condição de preso é radicalmente diferente de ler ou deixar de ler fora da prisão.

Como contraponto e, levando em consideração a discussão foucaultiana sobre a disciplina e a normalização, em *Vigiar e Punir* (2014 [1975]), questionamos se o dispositivo de remição de pena pela leitura, resumidamente referido neste

artigo, poderia ser considerado no âmbito da mesma modalidade de disciplina descrita por Foucault.

É sabido que Foucault (2014 [1975]) não centra sua análise nos mecanismos punitivos, pelos seus efeitos repressivos, mas recoloca-os na série completa dos efeitos positivos que eles podem induzir, notadamente em certa economia política do corpo, para torná-lo útil, produtivo e submisso.

Para Foucault (2014 [1975]), na análise da disciplina, o que está em jogo é a relação do corpo com o tempo, os gestos e as atividades de todos os dias, a sujeição a hábitos, a regras, a ordens, ao exercício constante de uma autoridade sobre o indivíduo e em torno dele e que deve deixar funcionar automaticamente nele numa ocupação meticulosa do corpo e do tempo do preso. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado, porque se torna útil, uma utilidade pensada em dois registros, seja aumentando as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade), seja diminuindo essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).

Para alcançar esses resultados, na lógica do olho do poder do panóptico, está o jogo entre a individualidade e a coletividade, porque é preciso, de um lado, a caracterização do indivíduo como indivíduo e, de outro, a colocação desse indivíduo em ordem numa multiplicidade dada; é preciso que cada um se defina pelo lugar que ocupa na série e pela distância que o separa dos outros. Portanto, a posição na fila, o lugar que alguém ocupa numa classificação é determinante na identificação e na diferenciação.

Como consequência, há uma análise do controle da atividade, a questão do tempo, da organização das gêneses, que divide a duração em segmentos para alcançar um termo; da composição das forças. A esse complexo, o panóptico traz a ideia de uma vigilância hierárquica dessa atividade, uma sanção que seria normalizadora relativamente aos modos de relação com o tempo, com a postura, para reduzir os desvios. Compreendemos que a sanção pode ser normalizadora porque responde a essa lógica de Bentham (2012 [1830]) do castigo e da recompensa.

Por fim, do dispositivo de remição da pena pela leitura, cabe uma pergunta inquietante: o que isso quer dizer? Estaríamos diante de uma nova prisão? Haveria uma outra modalidade disciplinar? Foucault (2014 [1975]) foi contundente ao afirmar que a prisão, na lógica disciplinar, não funciona e nem é para funcionar na sua lógica estrita, ela só tem sentido numa perspectiva mais ampla em que se correlaciona com outras disciplinas e modalidades de gestão das ilegalidades.

Pela análise efetuada dos relatos dos sujeitos-leitores presos, eles não apenas podiam ou não participar, como podiam ler na hora que quisessem, no ritmo que quisessem, muito embora inseridos em condições inimagináveis. A atividade é individual, não é coletiva, não visa à produção de um artefato. Pelo dispositivo de remição de pena pela leitura, embora haja um limite de um livro por mês, 12 obras por ano, embora seja o resultado de um processo, ela não segue uma modalidade sequencial. Uma leitura não tem correlação com outra. Não há um programa formativo.

Nesse enredamento, pelo exposto neste estudo, entendemos tratar-se de uma estratégia que vai além da disciplinar, uma tática de governo, o que muda a perspectiva com que se deve olhar a relação do sujeito preso com o sistema, seus modos de resistência e o papel que a leitura pode ter neste contexto. Dito de outro modo, não apenas uma prática disciplinar, mas um modo de governo, sob a égide da “governamentalidade” (Foucault, 2008 [1977-1978]). Para Foucault, o conceito de governamentalidade abrange o que o constitui, ou seja, as artes de governar com seus conjuntos de técnicas, táticas, saberes, dentre outros, possibilita compreender como os sujeitos são engendrados numa dimensão de governo que toma o sujeito da espécie humana e o transforma de sujeito em cidadão governável.

Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BENTHAM, J. **The rationale of reward**. London: Robert Reward [1830], Nabu Press, 2012. Disponível em: www.bibliolife.com/store. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRAGA, S. **O travesti e a metáfora da modernidade**. Palhoça: Ed. Unisul, 2010.

BRAGA, S.; SOUZA, T. D. S. O acontecimento do dispositivo de governo de uma necropolítica no Brasil. *In*: BUTURI JR, A.; FERNANDES, C. A.; BRAGA, S. **Cartografias do contemporâneo V**: crises de governamentalidade. Campinas: Pontes, 2023.

FERREIRA, M. C. L. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 24, n. 48, p. 17-34, jan./jun. 2010.

FONSECA, M. A. da. **Michel Foucault e o direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1977-1978].

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19. ed. Tradução. Maria Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009 [1976].

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012 [1971].

FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013 [1967].

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis: Vozes, 2014 [1975].

LORENSET, R. B. C.; OLIVEIRA, F. Projeto de Extensão: direito e cárcere: remição da pena pela leitura. *In: Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc Xanxerê/Universidade do Oeste de Santa Catarina*. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 5, p. e23876. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/apeux/article/view/23876>. Acesso em: 2 maio 2020.

LORENSET, R. B. C. **Leitura e cárcere**: (entre)linhas e grades, a constituição do sujeito-leitor pelo dispositivo de remição de pena. 2021. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229231>. Acesso em: 7 jul. 2023.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução. Eni Puccinelli Orlandi. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012 [1983].

STÜBE, A. D. **Tramas da subjetividade no espaço entre-línguas**: narrativas de professores de língua portuguesa em contexto de imigração. 2008. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

Como citar este trabalho:

BRAGA, Sandro; LORENSET, Rossaly Beatriz Chioquetta. O dizer de sujeitos-leitores presos nas algemas de mecanismos de normalização. **Revista do GEL**, v. 21, n. 2, p. 57-78, 2024. Disponível em: <https://revistadogel.gel.org.br/>.

Submetido em: 04/05/2024 | Aceito em: 05/08/2024.